



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO
IMPACTO DA CONDICIONALIDADE “FREQUÊNCIA
ESCOLAR” NA EDUCAÇÃO.**

MARLUCE APARECIDA FERREIRA DA SILVA

Brasília
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO
IMPACTO DA CONDICIONALIDADE “FREQUÊNCIA
ESCOLAR” NA EDUCAÇÃO.**

MARLUCE APARECIDA FERREIRA DA SILVA

Brasília
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO
IMPACTO DA CONDICIONALIDADE “FREQUÊNCIA
ESCOLAR” NA EDUCAÇÃO.**

MARLUCE APARECIDA FERREIRA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Faculdade de Educação
da Universidade de Brasília – UnB como
requisito final para a obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Doutora Sônia Marise Salles Carvalho

Brasília
2013

Monografia de autoria de Marluce Aparecida Ferreira da Silva, intitulada “O Programa Bolsa Família: uma análise do impacto da condicionalidade Frequência Escolar na Educação”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Brasília, em 04 de março de 2013, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada:

Professora Doutora Sônia Marise Salles Carvalho – Orientadora
Faculdade de Educação, Universidade Brasília.

Professora Mestre Nirce Barbosa Castro Ferreira – Examinadora
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

Professor Doutor Remi Castioni– Examinador
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

Professora Doutora Catarina de Almeida Santos – Suplente
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

Dedico à minha amada mãe Maria Rita que sempre será o meu maior exemplo. Agradeço por abrir meus olhos para que eu visse na educação, a pedra fundamental para uma boa perspectiva de futuro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me amar tão plenamente, me dar forças diariamente e ter planos tão maravilhosos para a minha vida.

À minha mãe que sempre deu o seu melhor para educar meus irmãos e eu, que sempre foi e será minha melhor amiga.

Aos meus irmãos (Danilo e Junior) e irmã (Janine) por que apesar das brigas são os melhores irmãos do mundo.

Ao meu padrasto por assumir e fazer o papel de pai em minha vida. Permitindo assim, que eu fosse sua filha.

Aos meus avós José Damião e Joana Ribeiro (*In memoriam*) que me deram muito amor, carinho e bons exemplos. Vocês sempre estarão em meu coração.

Ao meu namorado Will, que é um grande companheiro de vida e de profissão.

Às minhas queridas amigas; Daylane Soares, Ethel Moreira, Clara Perpetuo, Rayane Cristina e Any Carlyne que sempre estiveram ao meu lado compartilhando momentos inesquecíveis.

Aos meus alunos (e ex-alunos) que me permitem ensinar e aprender com eles, consolidando a certeza que devo continuar trilhando esse caminho da educação.

À professora Sônia Marise por ser um excelente exemplo de professora, por me orientar e me acompanhar na minha trajetória acadêmica com tanto amor e dedicação.

Também a banca escolhida para a apreciação e avaliação desse trabalho pela colaboração e disposição. Nunca conheci professores que conseguissem ser tão amáveis e competentes ao mesmo tempo.

A todos os professores que tive pelo exemplo de perseverança e dedicação. Em especial a professora Claudenice da minha 3ª série do Ensino Fundamental I por ser tão amorosa.

E a todas as pessoas e amigos que participaram direta e indiretamente desse momento ímpar da minha vida.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA CONDICIONALIDADE “FREQUÊNCIA ESCOLAR” NA EDUCAÇÃO.

MARLUCE APARECIDA FERREIRA DA SILVA

RESUMO:

O Governo Federal há alguns anos vem trabalhando em busca do desenvolvimento de políticas públicas que alcancem os brasileiros mais vulneráveis a pobreza. O Programa Bolsa Família (PBF) é resultado desse trabalho, integrando o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). O PBF busca a diminuição do nível de pobres no país, complementando a renda familiar, com o objetivo de melhorar o acesso à saúde e o acesso à educação por parte dessa parcela mais carente. O PBF possui condicionalidades no campo da saúde e da educação, o cumprimento dessas é de extrema importância para manter o recebimento desse benefício. A intenção do governo com esse programa, não é apenas imediatista, sua intenção é quebrar o ciclo de reprodução da pobreza por meio da escolarização. Essa monografia faz reflexões acerca do PBF, trazendo uma breve retrospectiva histórica desde os seus primórdios até os dias atuais. Resgatando a importância e impacto da condicionalidade frequência escolar, por meio de uma pesquisa que busca investigar o tema.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Condicionalidades; Educação; Frequência Escolar; Impacto.

THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF CROSS "ATTENDANCE SCHOOL" IN EDUCATION.

MARLUCE APARECIDA FERREIRA DA SILVA

ABSTRACT:

The Federal Government has been working for some years in pursuit of the development of public policies that achieve the Brazilians more vulnerable to poverty. The Bolsa Família Program (PBF) is the result of this work, integrating the Brazil Without Misery Plan (BSM). The PBF seeks to decrease the level of poor in the country, supplementing the family income, with the goal of improving access to health and access to education for this portion poorest. The PBF has conditionalities in health and education, the implementation of these is extremely important to keep receiving this benefit. The government's intention with this program is not only immediate, its intention is to break the reproduction cycle of poverty through education. This monograph makes reflections on the PBF, bringing a brief historical retrospective from its beginnings to the present day. Rescuing the importance and impact of school attendance conditionality, through a research that investigates the theme.

Key-words: Bolsa Família Program; Conditionalities; Education; School Attendance; Impact.

LISTA DE SIGLAS

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

BVCE – O Benefício Variável de Caráter Extraordinário

BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

DF – Distrito Federal

ENEPe – Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FONEPe – Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia

GD's – Grupos de Discussões

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PB – Paraíba

PBE – Programa Bolsa Escola

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PNEE – Portadores de Necessidades Educacionais Especiais

PTCs – Programas de Transferência Condicionadas

PSB – Proteção Social Básico

PSE – Proteção Social Especial

SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TO – Tocantins

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
I - MEMORIAL EDUCATIVO	14
II – MONOGRAFIA	
INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	23
1.1Proteção Social	24
1.2Sobre o Programa Bolsa Família (PBF)	25
1.3Valores dos Benefícios de acordo com MDS	28
Capítulo 2. CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 29	
2.1Condicionalidades na Educação	33
Capítulo 3. METODOLOGIA	35
3.1Análise de dados coletados	38
3.2Discussão dos resultados	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
III – PERSPECTIVAS FUTURAS	
Anseios profissionais.....	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	52

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho foi desenvolvido, com o objetivo, de analisar como se dá a condicionalidade “frequência escolar”, no ambiente escolar e seu impacto na educação.

Para melhor assimilação este está dividido em três partes: Memorial, Monografia e Perspectivas Futuras.

Na primeira parte – Memorial – relato minha trajetória escolar desde o meu nascimento, até os dias atuais em minha vida acadêmica, juntamente com as minhas experiências profissionais na área de educação.

A segunda parte – Monografia – inicia com uma reflexão teórica e histórica acerca do Programa Bolsa Família e o efeito de sua condicionalidade Frequência Escolar na educação. Em seguida é apresentada a pesquisa realizada, que buscou observar e analisar como se dá à condicionalidade, frequência escolar, em uma determinada escola tendo como objeto de pesquisa alunos do 2º ano do ensino fundamental.

A terceira parte – Perspectivas Futuras – apresenta minhas aspirações profissionais, a curto e longo prazo, juntamente com meus desejos para complementação da minha prática docente.

MEMORIAL EDUCATIVO

Sou Marluce Aparecida Ferreira da Silva, brasileira, filha de Maria Rita Ferreira de Jesus e Adão Edson Vieira da Silva. Marluce foi o nome que minha mãe Maria Rita escolheu, significa mar de luz, embora na época do meu nascimento minha mãe não tivesse a mínima idéia do seu significado. O Aparecida veio de uma promessa feita por minha saudosa avó Joana Ribeiro de Jesus a Nossa Senhora Aparecida, pois durante o meu nascimento houve muitas complicações, embora minha avó tenha colocado Aparecida no meu nome com a melhor das intenções, nunca gostei muito do nome e ainda estou aprendendo a conviver com ele. Ferreira é o sobrenome que recebi da minha mãe e por isso tenho muito orgulho em usá-lo. O sobrenome Silva recebi do meu pai biológico, eu nunca tive muito contato com o mesmo, pois minha mãe e ele se separaram precocemente.

Eu nasci dia 05 de maio de 1990, às 10h10min da manhã, em São Francisco, cidade localizada no interior de Minas Gerais. Até meus cinco anos minha mãe, meu irmão (Danilo) e eu morávamos em Minas Gerais com os meus avós. Em 1995 minha mãe decidiu vir morar em Sobradinho-DF em busca de melhores condições de vida, no ano seguinte casou-se com o meu padrasto, com o passar dos anos tiveram mais dois filhos, Junior e Janine.

Meu primeiro contato com o ambiente escolar foi em Luizlândia, cidade próxima a minha cidade natal, estudei lá cerca de dois meses, depois viemos morar no DF. Como a minha mãe não conseguiu vaga para me matricular na pré-escola em Sobradinho-DF. Apesar de não ter tido muita oportunidade de estudar, minha mãe sempre deu muito valor à educação. Então ela decidiu que era melhor eu ir morar com meus avós por alguns meses, com o objetivo de terminar o pré-escolar. Estudei na Escola Estadual Serra das Araras, era uma escola muito simples e tenho poucas lembranças dessa época, que durou apenas quatro meses, o nome da minha professora era Maria Aparecida, ela passava um monte de atividades que eu não gostava muito, pois não fazia sentido, eram vários sobe e desce no quadro e letrinhas repetidas no caderno. Quando terminei o pré-escolar em Minas Gerais, voltei para o DF.

Minha mãe me matriculou em uma escola bem pertinho da nossa casa, Escola Classe 05 de Sobradinho. Lá estudei da 1ª série até a 4ª série (atual 5º ano), estudava à tarde, então pela manhã gostava de assistir desenho e ajudar a minha mãe em casa com os meus irmãos menores. Nessa fase escolar sempre era muito elogiada pelas professoras e tinha um

desempenho acima da média, aprendia muito rápido, concluía minhas atividades rapidamente, então acabava ajudando os coleguinhas a fazer as atividades (talvez tenha sido nesses momentos que surgiu a vocação para professora). Tinha poucos amigos embora fosse uma criança muito comunicativa, apenas a Michele era minha amiga mais próxima, com ela estudei da 2ª a 6ª série.

Na 1ª série tive muitas professoras, por isso não lembro bem delas, foi uma fase de adaptação, pois eu era uma menininha do interior recém chegada na cidade grande, lembro que nesse ano eu ganhei o prêmio de melhor aluna da escola, um ingresso para assistir o espetáculo da Disney de patinação no gelo no ginásio Nilson Nelson, fiquei tão radiante com esse momento, nunca esquecerei. Na 2ª série tive uma professora que fazia com que as crianças passassem por situações constrangedoras, ela me marcou negativamente, com ela aprendi o que não quero ser como professora, nesse mesmo ano minha avó faleceu, foi um ano difícil e isso refletiu em minha disposição em ir para a escola. Já no ano seguinte, na 3ª série, tive uma professora maravilhosa, a professora Claudenice, que apesar de muito jovem e inexperiente (fomos sua primeira turma), era extremamente eficiente e carinhosa com as crianças, ela ensinava com amor. Depois fiz a 4ª série com outra professora, ela era uma boa professora, mas isso não diminuiu a saudade da professora do ano anterior, com quem acabei perdendo o contato porque saiu da escola.

A partir da 5ª série (atual 6º ano), fui estudar no Centro de Ensino Fundamental 05 de Sobradinho, lá percebi que eu já estava crescendo e não era mais aquela menina de antes, também já não tinha tanta facilidade nas matérias, confesso que com isso me senti mais “normal” em meio aos outros alunos. Nessa época os professores já não se importavam muito com os alunos, havia certo descaso com a nossa aprendizagem, isso despertou em mim uma maior autonomia nos estudos e foi então que eu descobri que tinha mais facilidade e prazer em estudar as Ciências Humanas do que as Ciências Exatas. Durante esses anos fiz patinação artística e estudei espanhol em horário contrário a escola, eram coisas que eu adorava fazer. Também conheci amigos que mantenho até hoje em minha vida, formávamos um quarteto fantástico; Pedro Paulo, Danilo, Sheila e eu. Nessa época já havia desistido de ser médica, que era um sonho de infância, pois comecei a passar mal diante de sangue.

Durante o ensino médio estudei no Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho, não há palavras para descrever o quanto gostei dessa fase, eu adorava as matérias filosofia e sociologia, fiz amizades incríveis e vivi o meu primeiro amor. Nessa fase houve muitas

mudanças na minha vida e rotina, decidi que ia começar a fazer estágio, então a partir do 2º ano eu estudava pela manhã e trabalhava à tarde, ainda arrumei tempo para continuar estudando espanhol, confesso que não foi nada fácil, mais a satisfação de ter meu próprio dinheiro e aliviar minha mãe desse fardo me dava forças para continuar nessa rotina. No 3º ano, eu continuei trabalhando, dessa vez em um trabalho mais tranquilo, onde eu era funcionária e não estagiária.

Ao final deste mesmo ano, era a inscrição da 3ª etapa do PAS (Programa de Avaliação Seriada) da Universidade de Brasília, eu havia feito as outras duas etapas e tinha visto minha nota, que era acima da média estabelecida, mais na verdade não sabia muito bem como tudo funcionava, na escola não havia muita orientação quanto aos processos seletivos da UnB (Universidade de Brasília); vestibular e PAS e a importância que os mesmos tinham. Tenho a impressão que a maioria dos professores não acreditava muito na possibilidade do ingresso dos alunos de instituições públicas de ensino na UnB, então nem tocavam no assunto. Em casa por mais que a minha mãe desse muito incentivo para que eu estudasse, ela também não conhecia muito sobre esse universo. Lembro que deixei pra fazer a inscrição no ultimo dia, fui à casa de uma amiga e ela me convenceu a marcar a mesma opção que ela: Pedagogia. No momento fiquei meio indecisa porque nessa época gostava de Psicologia e Direito, mais acabei cedendo e fazendo a escolha que mudaria não só a minha vida, mais a maneira de eu enxergar o mundo.

Lembro que o resultado do PAS saiu uma semana antes da prova do vestibular da UnB, no qual eu havia marcado como opção Direito. Fiquei tão feliz com a minha aprovação em Pedagogia, que desisti de ir fazer a prova do vestibular. Minha amiga que me convenceu de marcar a opção de Pedagogia não passou, acabou que ela quem foi fazer Direito em outra instituição. Minha aprovação na UnB foi uma das maiores conquistas da minha vida, lembro-me do quanto minha família ficou feliz, pois fui a primeira a ingressar em uma Universidade Federal.

Ao ingressar na UnB, entrei também em um novo universo, com uma diversidade cultural imensa, conheci muitas pessoas e com elas aprendi muitas coisas que pretendo levar para a vida inteira. Até hoje me surpreendo com a UnB, não só pelo seu tamanho físico, mais pelo tamanho de suas idéias e ideais.

Mesmo com a grade aberta da UnB, continuei trabalhando nesses quatro anos de graduação, procurei oportunidades de trabalhos e estágios na minha área de formação, tive varias experiências de trabalho que acrescentaram na minha formação.

A primeira delas aconteceu no inicio meu 3º semestre em uma escola particular muito conceituada em Brasília, teve a duração de um ano. Nesse estágio pude ter o meu primeiro contato com ambiente escolar na perspectiva de educador. Foi de extrema importância essa experiência para a minha formação e sempre a utilizo como referência em minhas construções acadêmicas. Nesse estágio atuei como professora assistente de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental I, fiquei encantada com a alfabetização e o seu processo de ensino-aprendizagem e me orgulho de ter feito parte do processo de letramento daquelas crianças e tenho a certeza que aprendi muito com elas também. Com essa experiência tive a certeza que estava no curso certo e que a sala de aula era realmente o meu lugar.

“Um trabalho tem sentido para uma pessoa quando ela o acha importante, útil e legítimo.”

Edgar Morin

Lembrarei eternamente desse ano, não só por ter sido a minha primeira vivência em sala de aula, mas especialmente por eu ter entrado na escola apenas amparada na teoria e saído de lá com uma bagagem prática enorme.

No ano seguinte trabalhei com a modalidade educação integral em outra escola particular com alunos do 5º ao 9º ano, no inicio fiquei apreensiva, pois os alunos eram mais velhos e possuíam muito mais autonomia, mas tudo saiu muito bem e percebi a singularidade de cada experiência escolar. Depois tive a experiência com a educação infantil, jardim II, também em escola particular, onde fiquei extremamente encantada com os pequeninos.

Apesar da riqueza dessas experiências em escolas particulares, houve certas coisas que me entristeceu; a falta de autonomia do professor e o fato do educador muitas vezes ser visto e tratado como uma “babá de luxo” (babá com ensino superior). Nada contra as verdadeiras profissionais babás, muito pelo contrario, sou uma grande admiradora do trabalho dessas mulheres que “adotam” os filhos de outras pessoas e enchem de cuidado e amor. Incomoda-me o fato do professor ser visto e tratado como “babá de luxo”, pois somos profissionais da educação (educadores) e devemos ser valorizados e respeitados.

Atualmente faço estágio em um órgão público há quase dois anos e dou aulas particulares. Dentro do nosso curso na UnB ouvimos sobre as possibilidades da nossa profissão como pedagogo fora da sala de aula, e com esse estágio percebi e vi que o espaço de atuação do pedagogo não se restringe apenas a sala de aula. A formação que temos no curso de pedagogia da UnB não possibilita essa experiência de atuação do pedagogo fora da escola, e nesse espaço não escolar pude vivenciar isso na prática. Percebi quando ingressei neste estágio que o leque que temos de oportunidades de emprego é bem maior do que eu imaginava. Trabalhar em uma empresa pública, está sendo muito gratificante por vários fatores, mas destaco dois principais: liberdade de trabalho e a possibilidade de conhecer de fato o trabalho do pedagogo dentro de uma empresa governamental. Penso que esses fatores fazem com que me sinta melhor preparado para ingressar no ramo das empresas mais facilmente, uma vez que já estaria parcialmente familiarizado com o funcionamento das mesmas.

Já ao dar aulas particulares adquiri segurança como professora, pois ao contrário dos estágios nas escolas particulares, onde há uma professora regente responsável por grande parte das tarefas, nas aulas particulares eu quem tenho que desenvolver o planejamento para cada aluno, visando suas particularidades e necessidades individuais.

Durante os anos que estive na UnB procurei explorar ao máximo esse espaço de aprendizagem visando à complementação da minha formação, participei do PIBEX como voluntária no Projeto Memória da Educação do Distrito Federal por um semestre. Participei 30º ENEPe – Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia realizado em Brasília e do 31º ENEPe – Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia realizado em João Pessoa-PB, onde pude me integrar melhor da parte política do meu curso, conhecer pessoas de vários estados e seus pensamentos sobre a Pedagogia, essa visão de pessoas de diferentes lugares do Brasil e vários contextos sociais fez despertar em mim a vontade de ser um sujeito ativo no campo da militância estudantil e social. Participei também do 13º FONEPe – Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia realizado em Palmas-TO, um encontro e bem menor do que o ENEPe, o que não diminui em nada sua importância, foi um encontro riquíssimo, com vários GD's (grupos de discussões), palestras e reflexões. No decorrer de minha permanência no curso de Pedagogia, participei também das diversas atividades das Semanas de Extensão e discussões acerca do currículo do próprio curso.

Em minha trajetória dentro da Universidade, tive a oportunidade de fazer varias disciplinas, além das obrigatórias, devido à flexibilidade do currículo do curso de Pedagogia, com um grande número de créditos a ser cumpridos em optativas. Pude experimentar algumas matérias fora do meu curso, mais dei prioridade as matérias optativas do meu próprio curso, a fim de me tornar uma pedagoga o mais completa possível.

Em meio a matérias optativas e obrigatórias, muitas se destacaram. As que mais me encantaram foi; Desenvolvimento e Aprendizagem do PNEE, Educação em Geografia, Educação e Trabalho, Administração das Organizações Educativas, Educação de Jovens e Adultos, Avaliação das Organizações Educativas, Políticas Publicas da Educação, Educação Infantil, História da Educação Brasileira, Orientação Educacional, Didática Fundamental, LIBRAS, Economia Solidária e muitas outras.

Professores no decorrer do curso me marcaram muito e servem de inspiração para o profissional que eu quero ser. Alguns me incomodaram com seus discursos, me fizeram questionar não só as ideias alheias, mais as minhas próprias ideias. Certos professores me falavam apenas uma frase, frase que me deixava pensativa a semana inteira e eu aguardava a aula seguinte ansiosamente, na expectativa de poder expressar o meu incômodo. Aprendi com eles que não existe apenas uma verdade, mais posso argumentar e defender a minha verdade, respeitando a verdade do outro.

Dentro do curso de Pedagogia temos os Projetos e desde cedo somos orientados sobre a importância dos mesmos, quando cheguei ao 3º semestre estava na hora de fazer o Projeto 3, eu já havia estudado as possibilidades de Projetos que poderia fazer, de acordo com a temática e a minha disponibilidade de horário. Foi quando ouvi ótimas recomendações sobre o Projeto de Economia Solidária, ministrado pela professora Sônia Marise. Fui um sábado pela manhã apenas com o objetivo de conhecer e estou no Projeto até hoje, me apaixonei pela temática, pelo acolhimento por parte da professora e turma, pelo conjunto da obra.

Durante o Projeto 3 e suas 3 fases, escrevi sobre a gestão escolar, solidariedade, capitalismo e afetividade, me baseando em experiências vivenciadas em escolas particulares no decorrer do Projeto. A minha relação com a Economia Solidária foi fundamental para o meu desenvolvimento durante o Projeto 4 e suas 2 fases, onde procurei estar realmente inserida no ambiente da escola publica. Eu já conhecia a escola pública a partir da minha lente como aluna na época em que eu estudava, durante meu estágio obrigatório tive a oportunidade

de vê esse ambiente escolar em outras perspectivas, visando o meu Projeto 5 e levantando dados para o mesmo.

Eu sempre estudei em escolas da rede pública de ensino e esse fato foi fundamental para a escolha do meu tema no Trabalho de Conclusão de Curso. Eu venho de uma família baixa renda que apesar de trabalhar bastante, nunca teve bons salários. Quando criança era beneficiada pelo Programa Bolsa Escola (PBE), que também possuía condicionais e lembro-me de minha mãe ser muito cuidadosa com a minha frequência escolar, além de estar zelando pela minha aprendizagem ao cuidar da minha frequência minha mãe tinha a preocupação de não perder o benefício que complementava a nossa renda.

Mesmo que não fosse beneficiada pelo PBE sei que minha mãe ainda sim seria cuidadosa com a minha frequência escolar, pois ela sempre o fez comigo e meus irmãos, por dar muito valor à educação, nos motivava e motiva a estudar diariamente.

Atualmente o Programa Bolsa Escola não existe mais, foi incorporado ao Programa Bolsa Família que também possui a condicionalidade frequência escolar. Por essa minha familiaridade ao Programa Bolsa Família escolhi escrever sobre o tema.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma enorme desigualdade de distribuição de renda no país, causada por toda uma trajetória histórica e um sistema econômico capitalista massacrante. O Governo Federal Brasileiro no decorrer dos anos criou vários programas sociais visando à melhoria dessa situação, programas esses que foram incorporados ao Programa Bolsa Família (PBF), que é um ambicioso programa de transferência de renda, atualmente o maior do mundo.

O Programa Bolsa Família foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e implantado pelo Governo Federal Brasileiro com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país, exige das famílias beneficiadas o cumprimento de condicionalidades, entre elas a frequência escolar das crianças.

Esta monografia traz uma análise de pesquisa realizada sobre a condicionalidade, frequência escolar, do Programa Bolsa Família. O problema da pesquisa é “Qual o impacto da condicionalidade frequência escolar do Programa Bolsa Família em alunos do segundo ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada em uma área considerada baixa renda no DF?”. No decorrer do trabalho busco elucidar essa questão, com os objetivos abaixo traçados.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a condicionalidade, frequência escolar, do Programa Bolsa Família na educação. Os objetivos específicos são; Observar e analisar a frequência e desempenho dos alunos de uma turma de 2ª ano do Ensino Fundamental; Analisar a bibliografia relacionada ao Programa Bolsa Família; Analisar como a escola lida com essa condicionalidade do Programa Bolsa Família.

E por final, a análise, de todo o material coletado, fazendo a relação com o referencial teórico, pesquisado em artigos e livros, a fim de elucidar a problemática da pesquisa.

Muitos sentimentos motivam as nossas atitudes, e foi o incomodo e a minha historicidade que me motivaram a escrever sobre esse tema, pois algumas vezes em debates durante minha trajetória acadêmica na Universidade de Brasília, presenciei colegas com discursos rotuladores, que davam a entender que os beneficiados desses programas assistencialistas, têm como objetivo de vida ter filhos para receber os benefícios do governo. Esses discursos nunca saíram da minha cabeça, essas críticas aos programas assistencialistas nunca me abandonaram durante todo esse tempo. Quando criança era beneficiada por um

programa assistencialista e a partir daí surgiu à vontade de investigar algo que englobasse essa temática.

Quero compartilhar essa imagem abaixo que, infelizmente, transmite o pensamento preconceituoso de muitas pessoas, que se negam a ver os benefícios dos programas assistencialistas e seus impactos positivos nas vidas das famílias de baixa renda.



Figura 1 – Fonte: <http://esbocais.com.br/outros/outros-84-gravidez>

CAPÍTULO I

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

“Transferência de renda é entendida enquanto uma transferência monetária direta efetuada a indivíduos ou a famílias. O pressuposto central é de que articular uma transferência de renda com políticas e programas estruturantes, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, direcionadas as famílias pobres, pode interromper o ciclo vicioso da pobreza do presente e a sua reprodução no futuro. Portanto, uma articulação entre uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, direcionados as famílias pobres, pode possibilitar a construção de uma política de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social” (SILVA, 2007, 1429)

Esse conceito trazido por SILVA (2007) eu acredito ser o mais adequado para os programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família. Que não tem apenas como objetivo aliviar a pobreza imediata e sim quebrar o ciclo de pobreza.

Muitas famílias brasileiras pobres e extremamente pobres não enviavam seus filhos (crianças e adolescentes) para a escola, por falta de condições financeiras. Então essas crianças e adolescentes interrompem seus estudos, e entram no mercado de trabalho precocemente para ajudar no sustento da família. Tornando-se trabalhadores com pouca formação educacional (pouco qualificados) e por isso recebendo baixos salários, repetindo o ciclo de reprodução de pobreza.

Com o PBF as famílias alcançam a renda mínima, criando condições de manter suas crianças e adolescentes na escola. Essas futuras gerações com uma maior formação educacional criam possibilidades de elevação de renda, quebrando o ciclo de reprodução de pobreza.

A educação, nessa perspectiva, é vista como a principal maneira de viabilizar o fim de tamanha desigualdade social, encontrada no Brasil, como dizia Paulo Freire “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.

Muitas vezes na literatura, é possível identificar uma vertente que caracteriza o PBF como uma grande inovação mundial. Nas últimas décadas, os programas de transferência condicionadas (PTCs) tornaram-se o grande foco da política de proteção social dos países da América Latina.

1.1 Proteção Social

[...] A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas (SPOSATI, 2009, 21).

O objetivo desse tópico é apresentar os conceitos da Proteção Social que é um importante instrumento de política pública do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para enfrentar a desigualdade social, exclusão e pobreza. Seu papel é garantir a inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de Proteção Social local, conforme prevê o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Proteção Social é hierarquizada em dois níveis: Básica e Especial.

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo prevenir situações de risco. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Já a Proteção Social Especial (PSE), destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. São integrados às ações da PSE, os cidadãos que estejam enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido a aplicação de medidas.

Conforme o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a PSB e PSE possuem atribuições diferentes, a PSB tem o caráter preventivo e a PSE atua com natureza protetiva.

O Programa Bolsa Família, que está no tema central desse trabalho é um dos serviços de PSB, sendo ele indispensável para a diminuição dos níveis de pobreza do nosso Brasil.

1.2 Sobre o Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. O PBF é considerando o programa de transferência de renda condicionada mais ambicioso, comparado aos antes existentes. Atua fazendo a transferência de renda diretamente às famílias pobres, vinculando o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos – as condicionalidades – nas áreas de Saúde e Educação, com a finalidade de promover o acesso das famílias aos direitos sociais básicos.

O PBF foi idealizado e implantado durante o Governo Lula, que integrou e unificou os programas de transferência de renda antes existentes;

- Bolsa Escola;
- Auxílio Gás;
- Bolsa Alimentação;
- Cartão Alimentação;
- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Conforme o parágrafo único da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela **Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001**, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela **Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003**, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela **Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001**, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo **Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002**, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo **Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001**.

Os três primeiros programas (Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação) foram criados por iniciativa do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), já o Cartão Alimentação foi criado pelo próprio governo Lula.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou CadÚnico) permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias cadastradas, as famílias de baixa renda são identificadas e caracterizadas em dois seguimentos;

- Renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo ou
- Renda mensal familiar total de até três salários mínimos.

O CadÚnico é coordenado pelo MDS, e deve ser obrigatoriamente utilizado para a seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o PBF. Sendo a seleção do PBF feita com base nas informações registradas pelo município ou Distrito Federal no CadÚnico, com base nesses dados que o MDS seleciona as famílias que serão beneficiadas pelo programa.

O PBF é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70). Tem como foco principal os brasileiros em situação de extrema pobreza, contabilizados em 16 milhões. Embora também tenha como campo de atuação os brasileiros em situação de pobreza.

O programa tem como base a garantia de renda, inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos. Integrando assim a estratégia Fome Zero, lançada também pelo governo Lula, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promover a segurança alimentar e nutricional, contribuir para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O PBF de acordo com o MDS pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

No PBF a gestão é feita de maneira descentralizada, sendo compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto com o objetivo de aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do programa.

Desde a sua criação o PBF vem crescendo de uma maneira rápida e progressiva, atendendo cada vez mais famílias e sendo copiado internacionalmente. Em 2003, ano da sua criação ele atendeu cerca de 3,6 milhões de famílias, atualmente conforme anúncio da Presidente Dilma Rousseff em Brasília dia 19 de fevereiro de 2013, o programa atende 22 milhões de brasileiros, serão quase R\$ 24 bilhões investidos no programa só neste ano (o que representa 0,5% do PIB), nenhum outro programa anterior alcançou esse patamar massivo de cobertura.

Mesmo beneficiados pelo PBF 2,5 milhões de brasileiros não alcançavam a linha oficial da miséria no país, adotada em 2009, tendo renda mensal por pessoa inferior a R\$ 70. Esses brasileiros conforme o anunciado pela então Presidente Dilma Rousseff terão um complemento de renda para sair da miséria extrema, a partir de março desse ano (2013), serão investidos R\$ 800 milhões nesses brasileiros.

“[...] Eles são os últimos brasileiros extremamente pobres inscritos no cadastro a transpor a linha da miséria. Não estamos dizendo aqui que não haja mais brasileiros extremamente pobres”.

Presidente Dilma Rousseff, discurso público, fevereiro de 2013.

Estima-se que atualmente cerca de 700 mil famílias não cadastradas no PBF ainda estão em situação de extrema pobreza no Brasil.

“[...] Não estamos dizendo aqui que não haja mais um único brasileiro ou brasileira extremamente pobre. É necessário encontrá-lo e incluí-lo, para que receba o benefício que tem direito”.

“[...] Precisamos acabar com a miséria invisível, que insiste em se esconder de nossos olhos”.

Presidente Dilma Rousseff, discurso público, fevereiro de 2013.

1.3 Valores dos Benefícios de acordo com MDS

Os valores dos benefícios recebidos pelas famílias decorrente do PBF podem variar de R\$ 32 a R\$ 306, de acordo com a renda per capita mensal de cada família, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e número de gestantes e nutrizes componentes da família. O programa tem quatro tipos de benefícios;

- **O Benefício Básico**, de R\$ 70, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.
- **O Benefício Variável**, de R\$ 32, é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes (lactantes). Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160.
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)**, de R\$ 38, é pago a todas as famílias do programa que tenha adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 76.
- **O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE)** é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Programa Bolsa Família cause perdas financeiras. O valor do benefício varia de caso a caso.

Para entender melhor como é calculado o valor do benefício do PBF, disponibilizo duas tabelas nos anexo 1 e anexo 2.

Mediante o não cumprimento das condicionalidades do programa, o benefício pode ser bloqueado ou suspenso definitivamente.

CAPÍTULO II

CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O que são as condicionalidades do Programa Bolsa Família?

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de Saúde e Educação. As famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício, já o poder público é responsável pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Qual o objetivo principal das condicionalidades?

O objetivo é elevar o grau de efetivação de direitos sociais por meio do acesso aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social. Partindo do pressuposto que as famílias que não acessam os serviços sociais básicos são mais vulneráveis.

O acompanhamento das condicionalidades tem como objetivo:

- Reforçar o direito de acesso das famílias aos serviços de saúde e de educação e responsabilizar o poder público pelo atendimento.
- Monitorar o cumprimento de compromissos pelas famílias beneficiárias.
- Identificar, nos casos de não cumprimento, situações de maior vulnerabilidade, de forma a orientar as ações do poder público para o acompanhamento destas famílias.

Quais são as condicionalidades do PBF?

As famílias beneficiárias assumem o compromisso de:

- Saúde – Acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos. Mulheres (entre 14 e 44 anos) devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e da saúde do bebê, participando também de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e a promoção da alimentação saudável.

- Educação – Matricular todas as crianças e adolescentes na escola e cumprir a frequência mensal mínima estabelecida, que é de 85% da carga horária para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de 75% da carga horária para jovens de 16 e 17 anos.
- Assistência Social – Crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco ou que tenham sido retiradas do trabalho infantil pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferecidos pelo PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. Serviços sócio educativos e de convivência.

BENEFÍCIO FINANCEIRO E CONDICIONALIDADES

QUADRO 1

DIMENSÕES DO PBF	Tipo de ação do Estado	Impactos desejados	Acesso
BENEFÍCIO FINANCEIRO	Assistência direta	Alívio imediato da pobreza	A itens básicos do consumo (especialmente alimentação)
CONDICIONALIDADES	Promoção social	Ruptura do ciclo intergeracional da pobreza	A direitos sociais garantidos na Constituição

Fonte: MDS (www.mds.gov.br - Documento da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC)

As condicionalidades do Programa Bolsa Família foram pensadas como um mecanismo para promover o acesso dos brasileiros mais pobres a direitos básicos nas áreas de Saúde e Educação e contribuir para a redução da pobreza entre as gerações.

O MDS faz o acompanhamento das condicionalidades e de seu cumprimento de forma articulada com os Ministérios da Educação e Saúde, sendo feito de forma intersetorialmente entre as áreas de educação, saúde e assistência social. Esse acompanhamento das condicionalidades acontece de acordo com calendários previamente acordados pelas áreas envolvidas. Nesses calendários ficam definidos os períodos em que cada localidade deve realizar o acompanhamento das famílias e os registros das informações relativas a cada

condicionalidade. Essas informações posteriormente são armazenadas em sistemas informatizados.

A partir desse acompanhamento feito pelo poder público é identificado os motivos do não cumprimento das condicionalidades. Partindo dessas informações são implementadas ações de acompanhamento a essas famílias consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

Essas famílias com dificuldades em cumprir as condicionalidades, devem buscar orientações com o gestor local do PBF e procurar o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) ou a equipe de assistência social local. O objetivo desse acompanhamento é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas para cumprir as condicionalidades.

Quando não houver mais chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família fica sujeita a bloqueio/suspensão ou até mesmo cancelamento do benefício.

Quando a família descumpra as condicionalidades do PBF, são aplicadas algumas medidas;

- Primeiro registro de descumprimento – a família recebe uma advertência por escrito, lembrando-a dos compromissos com o programa e da vinculação entre o cumprimento das condicionalidades e o recebimento do benefício;
- Segundo registro de descumprimento – bloqueio do benefício por 30 dias (recebe acumulado no mês seguinte ao bloqueio);
- Terceiro registro de descumprimento – bloqueio do benefício por 60 dias (não recebe as parcelas suspensas);
- Quarto registro de descumprimento – bloqueio do benefício por mais 60 dias (não recebe as parcelas suspensas);
- Quinto registro de descumprimento – cancelamento do benefício.

Quando um jovem de uma família beneficiada descumpra as condicionalidades do BVJ, a sanção por descumprimento afeta apenas o jovem vinculado ao BVJ. Os demais benefícios da família são preservados. Mas, se houver o descumprimento de condicionalidade (saúde e educação) por parte da família (gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos) o benefício variável do jovem (BVJ) será afetado.

Além da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 que regulamenta o PBF, temos registros legais sobre as condicionalidades no Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, na Portaria Interministerial nº 33.789, DOU de 18 de novembro de 2004 (Frequência Escolar), na Portaria Interministerial nº 22.509, DOU de 22 de novembro de 2004 (Ações de Saúde) e na Portaria nº 321, DOU de 29 de setembro de 2008 (Gestão de Condicionalidades).

Quando o jovem descumpre as condicionalidades do BVJ, são aplicadas algumas medidas;

- Primeiro registro de descumprimento – advertência por escrito, lembrando-o dos compromissos com o programa e da vinculação entre o cumprimento das condicionalidades e o recebimento do benefício;
- Segundo registro de descumprimento – o benefício é suspenso por 60 dias (não recebe as parcelas suspensas);
- Cancelamento do benefício.

2.1 Condicionalidades na educação

As condicionalidades na área de educação são:

- Obrigatoriamente matricular as crianças e adolescentes de 06 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino;
- Garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa;
- Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 6 a 15 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar.
- Os jovens entre 16 e 17 anos devem ter frequência escolar de no mínimo 75% da carga horária mensal do ano letivo.
- Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 16 e 17 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar.

De acordo com o Informe Bolsa Família N° 74, são motivos justificáveis considerados pelo sistema de Acompanhamento da frequência escolar:

Motivos justificáveis

- Doenças do aluno (comprovada ou avaliada pela escola);
- Doença ou óbito na família (comprovada/avaliada pela escola);
- Inexistência da oferta de serviço educacional;
- Fatores impeditivos da liberdade de ir e vir (enchentes, falta de transporte, violência urbana na área escolar e calamidades).

De acordo com o Informe Bolsa Família N° 74 são motivos NÃO justificáveis considerados pelo Sistema de Acompanhamento da frequência escolar:

- Gravidez precoce;
- Escola não informou o motivo;
- Mendicância/Trajectoria de rua;
- Envolvimento com drogas;
- Negligência de pais ou responsáveis;
- Trabalho infantil e jovem;
- Violência/ Discriminação/ Agressividade no ambiente escolar;

- Abuso sexual e exploração sexual;
- Violência doméstica;
- Sem motivo identificado.

A gestão do acompanhamento das condicionalidades na área de educação é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Esse acompanhamento é realizado por profissionais da educação em todos os municípios do país, dos estados e do DF, com a parceria e apoio da SENARC/MDS.

Na área de educação o acompanhamento é realizado em cinco períodos, compostos por cinco bimestres, excluindo-se os meses de dezembro e janeiro, destinados às férias escolares.

TABELA 1

Período de Acompanhamento	Meses de Referência de Referência
EDUCAÇÃO	
Primeiro	Fevereiro e Março
Segundo	Abril e Maio
Terceiro	Junho e Julho
Quarto	Agosto e Setembro
Quinto	Outubro e Novembro

Fonte das informações: MDS (www.mds.gov.br)

Dentro de cada período existe um conjunto de dias (média de 35 dias) em que o sistema é disponibilizado pelo MEC para a inserção dos dados dos municípios e DF referente ao acompanhamento das condicionalidades na educação.

Esse sistema disponibilizado para registro das informações é o Projeto Presença On-Line (frequenciaescolarpbf.mec.gov.br).

O acompanhamento das condicionalidades na educação tem como objetivo monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, identificar os casos de não cumprimento e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias, e responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias excluídas e vulneráveis.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Sobre o local da pesquisa:

A pesquisa foi realizada em uma escola classe localizada em uma área considerada baixa renda nas proximidades de Sobradinho-DF (Região Administrativa do Distrito Federal). As Escolas Classes pertencem à rede pública e atendem os anos iniciais do primeiro ao quinto ano. Essa escola atende também a educação infantil. Está em funcionamento há apenas quatro anos e tem um grande número de professores temporários.

Inaugurada há apenas quatro anos, porém já possui alguns problemas estruturais, como a bomba da caixa d'água quebrada, o que prejudica o andamento das aulas, pois com a escola sem água as crianças em muitos dias eram liberadas mais cedo ou as aulas eram canceladas. Em minha opinião, por ser uma escola considerada nova não deveria apresentar esses problemas. Tem uma área modesta e bem otimizada:

- Portão de entrada, com uma guarita do lado interno da escola;
- Secretaria e sala de direção e coordenação;
- Banheiro destinado aos funcionários e visitantes;
- Videoteca, com televisão e DVD (não tem cadeiras suficientes para comportar as crianças);
- Quadra, não é coberta;
- Parquinho de areia, com brinquedos;
- Murais nas paredes das salas de coordenação (com avisos internos e lembretes) e nos corredores, modificados de acordo com o tema do mês ou datas comemorativas;
- Sala dos professores, com mesa grande e cadeiras, micro-ondas, geladeira e pia.
- Uma cantina com depósito para merenda;
- Um almoxarifado, para artigos de papelaria;
- Um banheiro para portadores de necessidades especiais;
- Uma sala de atendimento psicopedagógico e uma do Serviço de Orientação Educacional;

- Banheiros femininos e masculinos para alunos com pias e seis assentos cada, um adaptado às crianças da educação infantil;
- Um bebedouro coletivo, com quatro torneiras;
- Um pátio coberto;
- 15 salas de aula, com cadeiras e carteira para os alunos, carteira e mesa da professora, quadro negro, armários das professoras do turno matutino e vespertino.

A escola conta com diversos servidores para um bom atendimento a sua comunidade nas áreas: administrativo, segurança, merenda, manutenção, limpeza e equipe pedagógica.

Ao todo são 30 turmas (15 turmas em cada turno): 3 turmas de educação infantil 1º período, 2 turmas de educação infantil 2º período, 4 turmas de 1º ano, 5 turmas de 2º ano, 6 turmas de 3º ano, 6 turmas de 4º ano e 4 turmas de 5º ano do ensino fundamental.

Sujeitos da pesquisa:

- Alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (25 alunos, com idades entre 7 e 8 anos);
- Famílias dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (pais ou responsáveis);
- Diretora, professora e secretária escolar (Professora essa, temporária, pois a titular gozava de licença maternidade).

Procedimentos

- Essa pesquisa se dá através de procedimentos, que são; a observação de uma turma de 2º ano do ensino fundamental I iniciada em 28 de maio de 2012 e finalizada em 07 de julho de 2012 (período letivo normal, sem férias, devido à greve ocorrida no mesmo ano).
- Coleta de dados por meio de questionário com questões objetivas para as famílias (anexo III). Entrevista com a diretora da escola. Entrevista com a professora da turma. Entrevista com a secretária escolar.
- E por final a análise de todo o material coletado, relacionando com o referencial teórico.

Análises

- Analisar as anotações sobre a observação.
- Analisar o questionário.
- Analisar entrevistas.

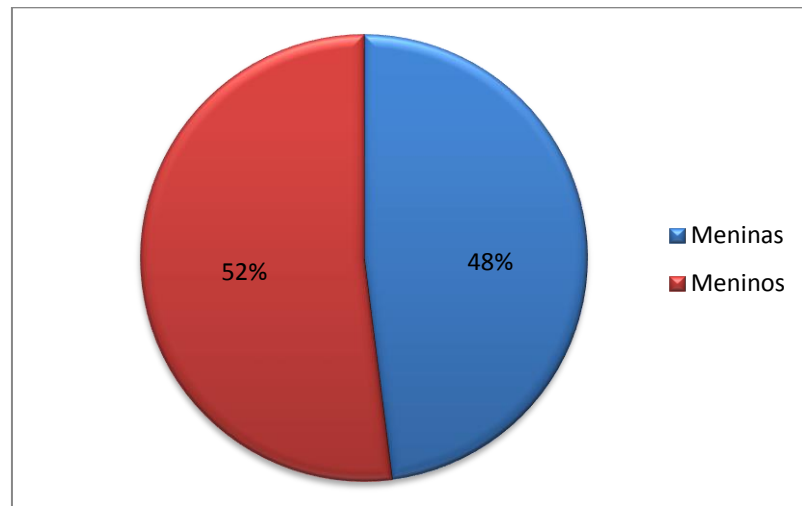
A Coleta de dados foi realizada por meio de questionários com questões objetivas para as famílias (anexo III), utilizando-se desse instrumento quali-quantitativo para analisar os dados obtidos na perspectiva teórico prático, ou seja, propondo hipóteses para existência dos dados. Para Gil (1999) a construção de um questionário, consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas, por isso o questionário foi desenvolvido em cima dos objetivos.

3.1 Análise de dados coletados

Observação

A observação feita no ambiente escolar abrange a frequência das 25 crianças de uma turma do turno vespertino, 2º ano do ensino fundamental. O olhar do pesquisador buscou também observar o posicionamento da professora referente à frequência dos alunos, principalmente os ligados ao PBF.

Conforme o gráfico a turma é bastante equilibrada em relação ao número de meninos e meninas, 12 meninas e 13 meninos:



(Gráfico 1 – “quem são?”)

Ao iniciar minha observação, pude notar que a turma foi extremamente receptiva com a minha presença dentro de sala de aula. Ao decorrer dos dias observei a rotina das crianças, desempenho e frequência.

A turma possuía uma rotina bem organizada, a professora procurava a melhor maneira de organizar o dia escolar das crianças, buscando sempre conciliar as atividades com o lúdico, de maneira que estimulasse ainda mais a aprendizagem das crianças. E as crianças respondiam as expectativas da professora, desenvolvendo-se cada dia mais.

Observei que dificilmente a turma estava completa, sempre faltava uma criança ou outra, o número médio de presentes na aula era de 24 alunos.

As crianças possuíam uma boa frequência escolar, pois eram 25 alunos na turma e a média diária de crianças presentes era igual a 24 alunos, acredito que esse número não seria

um verdadeiro “problema” se as faltas não fossem cometidas apenas por um pequeno grupo de alunos. Dois alunos faltavam frequentemente, quando um não faltava o outro faltava, e esses mesmos alunos possuíam um desempenho abaixo da média da turma.

Confirmando o discurso que a professora faz, em relação à frequência das crianças, na escola e a aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. O procedimento da professora em relação às faltas desses alunos foi:

- Ligar para os pais – saber o motivo da falta;
- Chamar os pais para uma conversa na escola – alertar da importância da frequência escolar para a criança beneficiada ou não pelo PBF;

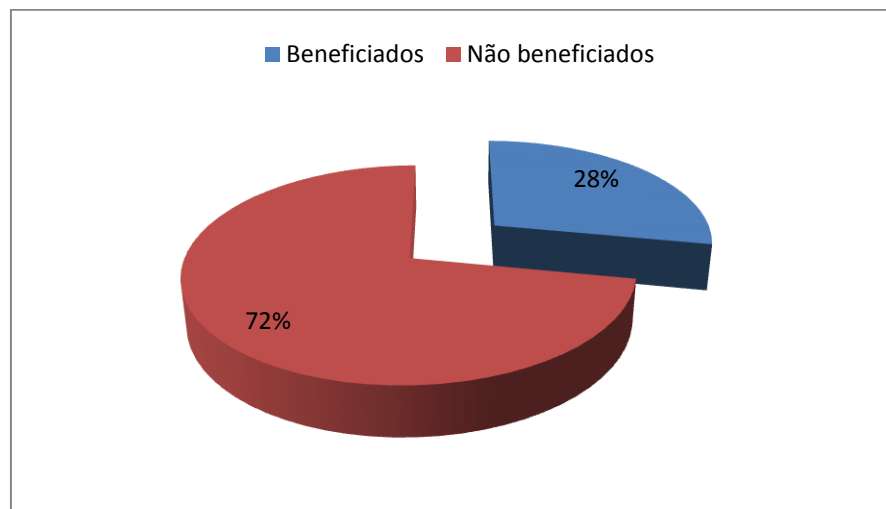
Com a observação percebi que as famílias beneficiadas pelo PBF, muitas vezes ficam mais assustadas com a possibilidade de perda do benefício do que com o prejuízo na aprendizagem da criança.

Será que essa condicionalidade do PBF não requer uma atuação mais frequente com as famílias, no sentido de formar uma consciência crítica quanto à verdadeira necessidade de manterem seus filhos na escola, para que o futuro deles não se pareça com o passado dos pais.

O objetivo da condicionalidade frequência escolar do PBF na educação é melhorar a frequência das crianças na escola, com essas crianças na escola agora, no futuro serão adultos escolarizados, com melhores empregos e melhores salários. Quebrado assim, o ciclo da miséria nas famílias dessas crianças e conseqüentemente no ciclo de miséria no Brasil.

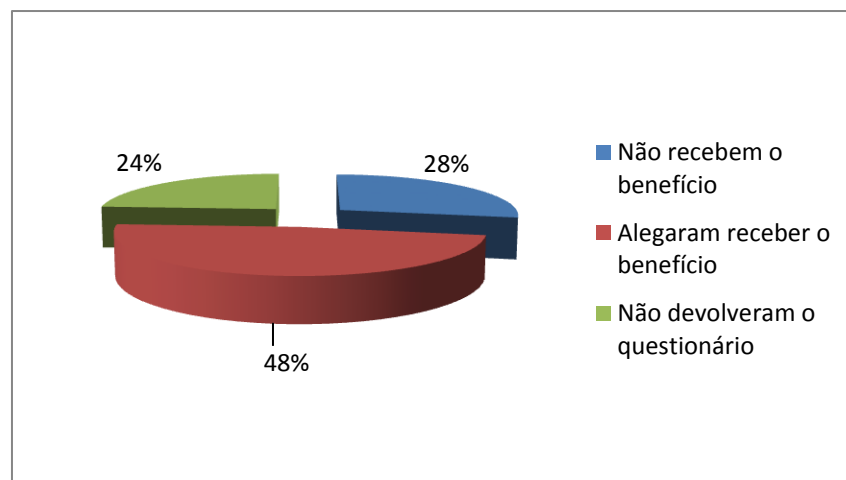
Questionário

Primeiro busquei identificar se as famílias eram ou não beneficiadas pelo PBF, com isso descobri/confirmei o que já desconfiava: os dados muitas vezes não são atualizados por parte das famílias junto à escola; ou talvez por parte do MEC junto à escola. Então o número oficial de crianças beneficiadas dessa turma segundo a própria secretária escolar, era de 7 crianças oriundas de famílias beneficiadas pelo PBF em uma turma de 25 alunos, o que representa uma fatia de 28% da turma, conforme gráfico:



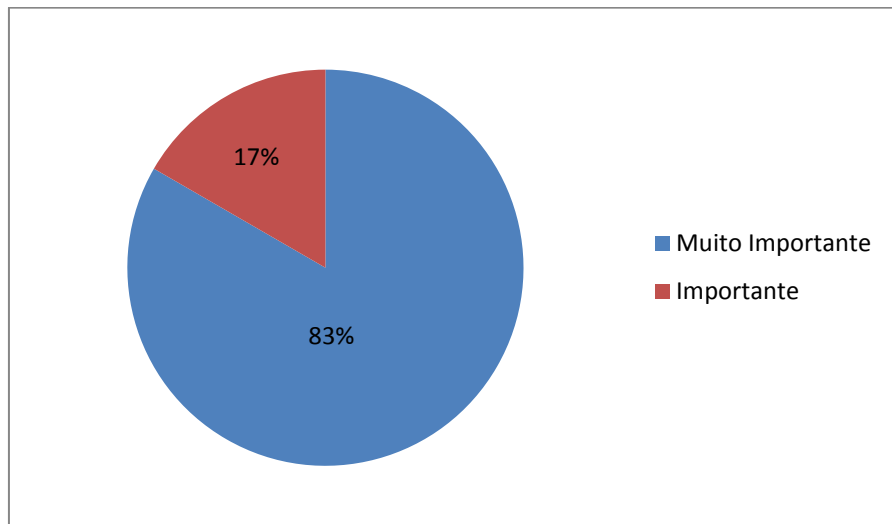
(Gráfico 2 – “beneficiados de acordo com a escola”)

Dos 25 questionários enviados para casa por meio dos alunos, 19 retornaram e deles extraí a seguinte informação; dessas 19 famílias, 12 famílias alegaram receber este benefício, o que representa uma fatia de 48% da turma conforme gráfico:



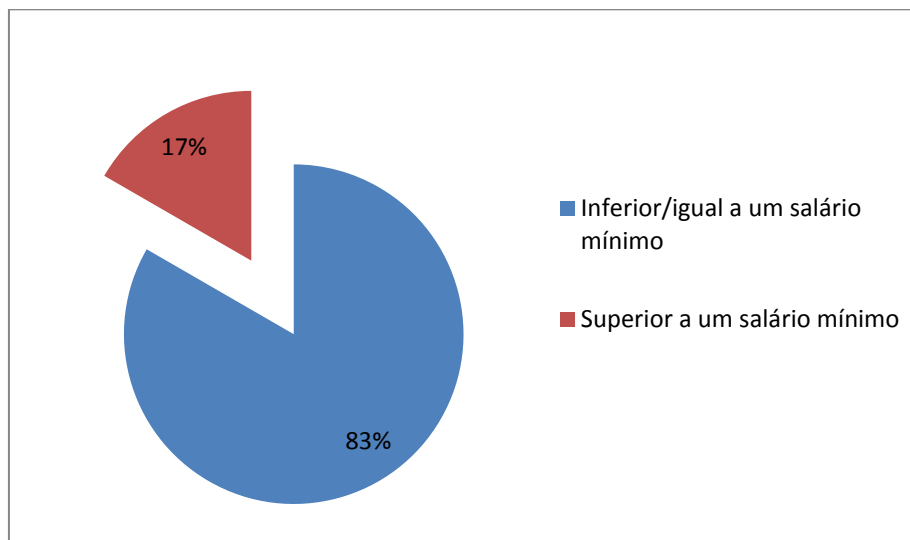
(Gráfico 3 – “beneficiados de acordo com questionário”)

Das 12 famílias que alegaram receber do benefício do PBF, 10 classificaram a importância do benefício do programa para o sustento familiar como muito importante, enquanto 2 classificaram como importante e nenhuma como pouco importante. A classificação Muito importante representa uma fatia de 83% dentre os beneficiados, conforme gráfico:



(Gráfico 4 – “a importância do benefício”)

Das 12 famílias que alegaram receber do benefício do PBF, 10 responderam ter renda familiar mensal inferior ou igual a um salário mínimo (R\$622,00), enquanto 2 responderam ter renda mensal superior a um salário mínimo (R\$622,00). As famílias com renda familiar de inferior ou igual a um salário mínimo (R\$622,00) representa uma fatia de 83% dentre os beneficiados, conforme gráfico:



(Gráfico 5 – “renda familiar”)

Nenhuma das famílias que responderam o questionário está cadastrada em qualquer outro programa de assistência que não seja o PBF ou os antigos programas que foram incorporados ao PBF. Acredito que isso ocorreu devido a unificação de muitos programas assistenciais em 2004 com a criação do Bolsa Família.

Todas as famílias classificaram como muito importante os filhos frequentarem a escola. E responderam também que todos os filhos em idade escolar frequentam a escola regularmente.

Nas 7 famílias que responderam não ser beneficiadas pelo PBF, a média de filho por família foi 1,71 filho. Enquanto nas 12 famílias que responderam ser beneficiadas pelo PBF a média de filho por família foi de 3,25 filho.

Entrevistas

❖ **Diretora da escola**

A diretora da escola foi bastante sucinta em relação ao seu posicionamento quanto aos alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo PBF. Ela os trata de maneira igual aos alunos não beneficiados, se colocando a disposição das famílias para auxiliar no cumprimento das condicionalidades do programa. Ela relatou que várias vezes solicitou a intervenção do conselho tutelar devido à negligência dos pais quando a frequência escolar das crianças e a falta de higiene das crianças quando enviadas para a escola, sendo que a grande maioria desses casos ocorreu com alunos de famílias beneficiadas pelo programa.

Ela acredita que o PBF é uma grande ajuda para as famílias dos alunos daquela escola, logo que segundo palavras da própria diretora “a escola está localizada em uma área muito carente”, em minha opinião o termo “carente” usando pela diretora não está muito adequado, logo que a carência de um indivíduo pode ser de várias coisas e não propriamente dito do dinheiro, em minha concepção o termo correto seria “baixa renda”, dando-se a entender de imediato que estamos falando da questão financeira das famílias.

A diretora desenvolve um papel singularmente importante no cumprimento das condicionalidades na educação do PBF, de maneira que demonstra preocupação com as crianças e seu desenvolvimento. Porém não está totalmente interada sobre o assunto, sempre fazendo referência a Secretária escolar.

❖ **Secretária Escolar**

A secretária escolar foi de extrema importância para a minha pesquisa, sempre muito solícita a explicar como se dava a relação da escola com as condicionalidades do PBF na educação. Primeiramente ela me passou os números oficiais de alunos beneficiados pelo PBF de acordo com as series:

- 3 turmas de educação infantil 1º período – 0 alunos;
- 2 turmas de educação infantil 2º período – 1 aluna;
- 4 turmas de 1º ano – 15 alunos;

- 5 turmas de 2º ano – 30 alunos;
- 6 turmas de 3º ano – 34 alunos;
- 6 turmas de 4º ano – 39 alunos;
- 4 turmas de 5º ano - 27 alunos.

Sendo que esses números oficiais de alunos beneficiados pelo PBF representam 20% dos alunos da escola. Porém esse número pode ser maior, logo que muitas famílias deixam de atualizar os dados de transferência das crianças.

A própria secretária escolar lança no sistema do Projeto Presença, durante as datas determinadas pelo MEC, as informações referentes ao acompanhamento das condicionalidades na educação.

Segundo a secretária escolar, que procura ser muito cuidadosa com as crianças, pois percebi isso durante minha observação. Sempre que uma criança falta sem avisar com antecedência a professora passa o nome para a secretária, que faz contato com a família para saber o motivo de a criança ter faltado, esse cuidado por parte da escola é precioso para o bom cumprimento da condicionalidade frequência escolar por parte da família.

Quando as crianças faltam consecutivamente, a escola toma uma postura mais intensa em relação às famílias, primeiramente tenta o contato por telefone, não obtendo êxito tentam outros meios, vão até mesmo no endereço da criança para conversar com a família sobre a importância de frequentar a escola, esse cuidado de alguns membros da equipe escolar (digo alguns, pois não posso afirmar que todos têm essa mesma preocupação) acontece com alunos beneficiados e não beneficiados pelo PBF.

A secretária relatou que zela pela frequência escolar de todas as crianças, mas há um cuidado especial por parte dela com as crianças beneficiadas pelo PBF, pela situação de vulnerabilidade social que as mesmas se encontram. A escola esgota todas as possibilidades de intervenção para a conscientização da família quanto à importância da frequência escolar antes de encaminhar o caso ao gestor local do PBF e ao CRAS/ CREAS.

❖ Professora da turma

A professora da turma observada procura fazer o possível para seus alunos terem uma boa frequência escolar, a fim de alcançar a aprendizagem e desenvolvimento intelectual das

crianças. Para a professora, a frequência é de extrema importância para a aprendizagem da criança, pois se a criança falta, ela conseqüentemente fica perdida com o conteúdo ministrado.

Por mais que a professora se esforce para recuperar o conteúdo com o aluno faltoso, isso é difícil, logo que ela tem que continuar com o cronograma escolar.

A atitude da professora em relação aos alunos faltosos beneficiados ou não pelo PBF é:

- Primeiro contato é feito por telefone, a fim de reforçar a importância da frequência escolar;
- Persistindo as faltas a professora convida o responsável pela criança para uma reunião, para discutir a situação da criança.

Conforme relatado pela professora, já ocorreram situações onde a mesma foi à casa das crianças para conversar com o responsável, não sendo essa uma atitude rotineira. Esgotando-se as opções a professora juntamente com a escola encaminha o caso para instâncias superiores.

A professora se mostra extremamente solícita com as famílias a fim de orientá-los sobre a importância da frequência escolar, que vai além de uma condicionalidade do PBF.

3.2 Discussão dos resultados

Com essa pesquisa cheguei a seguinte conclusão: as famílias dos alunos da turma observada, beneficiadas pelo PBF, em sua maioria procuram sim seguir a condicionalidade, frequência escolar, zelando assim pela frequência das crianças. Porém também não pude deixar de notar que quando as crianças observadas perdem aula, as famílias, em maioria, ficam mais preocupadas com a possibilidade de perda do benefício do que com o prejuízo na aprendizagem da criança ocasionado por essa falta de frequência escolar.

Sendo o problema da pesquisa “Qual o impacto da condicionalidade frequência escolar do Programa Bolsa Família em alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada em uma área considerada baixa renda no DF?”, respondido. O impacto da condicionalidade frequência escolar nesses alunos dessa escola foi um maior compromisso por parte da família e escola com a frequência dos alunos.

Essa condicionalidade tem o objetivo de fortalecer a educação das crianças, com a intenção de quebrar o ciclo da pobreza, porém, rompe também a desresponsabilização da escola em relação à frequência dos alunos nas aulas. Conclui que agora a escola e seus agentes sentem-se responsáveis pela frequência das crianças, buscando sempre que necessário às famílias com a intenção de auxiliá-las no cumprimento da condicionalidade frequência escolar do PBF.

É de grande relevância a mudança de hábito por parte da família, caracterizado pela a maior comunicação com a escola e seus agentes. Com isso pude notar maior sintonia entre as famílias, a escola e os alunos, em prol de uma melhor aprendizagem das crianças.

Claro que existem muitas críticas aos programas assistencialistas, e eles tem muito que melhorar. Mas é notável que essa condicionalidade esteja interferindo no modo de pensar e agir das famílias, todas as famílias classificaram como muito importante os filhos frequentarem a escola, reconhecendo assim, que a educação é o único meio de seus filhos terem um futuro melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral, compreender como se dá a condicionalidade, frequência escolar, do Programa Bolsa Família na educação. Partindo desse objetivo foram utilizados como instrumentos de pesquisa: análise da condicionalidade e a observação de uma turma de 2º ano do ensino fundamental, para entender como ela se dá, além de entrevista com agentes da escola e questionário enviado às famílias. Compõem os objetivos específicos; Observar e analisar a frequência e desempenho dos alunos de uma turma de 2ª ano do Ensino Fundamental; Analisar a bibliografia relacionada ao Programa Bolsa Família; Analisar como a escola lida com essa condicionalidade do Programa Bolsa Família.

As famílias das crianças observadas percebem e reconhecem a importância da educação para um bom desenvolvimento dos filhos no decorrer da vida, classificando o benefício como muito importante para o sustento familiar. Através desse resultado busquei em outra pesquisa, questionários com perguntas mais aprofundadas acerca do pensamento da família em relação ao PBF.

Conforme os questionários disponíveis em anexo da pesquisa de SILVA (2010) e seus comentários acerca dos resultados, às famílias beneficiadas pelo PBF, classificam o benefício como muito importante para a renda familiar, e as que por motivo de descumprimento de condicionalidades perderam o benefício, sentem muito a falta desse complemento para a compra de alimentos básicos.

O mais interessante na análise desses questionários é que praticamente 100% das famílias entrevistadas por DA SILVA (2010), gostaria ter uma renda suficiente para o sustento familiar por meio do próprio trabalho, sem precisar receber a ajuda do PBF. Deixando de lado a ideia preconceituosa de que as famílias “carentes” vivem com a assistência financeira do governo por opção de vida, mas sim por necessidade e falta de opção.

Todas essas famílias entrevistadas por DA SILVA (2010) e as famílias que responderam o meu questionário, querem e buscam dar o melhor para o seus filhos, desejando que eles tenham uma condição social melhor no futuro. Porém conforme a música abaixo, a cadeia hereditária (ciclo da pobreza) impede que haja uma locomoção social, reproduzindo a riqueza onde há riqueza e a pobreza onde há pobreza.

Analisando
Essa cadeia hereditária
Quero me livrar
Dessa situação precária

Onde o rico cada vez
Fica mais rico
E o pobre cada vez
Fica mais pobre
E o motivo todo mundo
Já conhece
É que o de cima sobe
E o de baixo desce [...]

Mas eu só quero
Educar meus filhos
Tornar um cidadão
Com muita dignidade
Eu quero viver bem
Quero me alimentar
Com a grana que eu ganho
Não dá nem prá melar [...]

Xibom bombom – As Meninas

A música termina com o desejo de todas as famílias beneficiárias ou não do PBF, educar os filhos.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Anseios Profissionais

Ao terminar minha graduação em Pedagogia, realizo um sonho. Nada é mais gratificante do que participar do letramento de uma criança, ver aqueles olhinhos brilhando ao decodificar (ler) uma palavra é a maior recompensa profissional que alguém pode ter. Estou muito feliz por ser uma pedagoga.

Acredito que esse é apenas o primeiro passo, de muitos que darei nesse universo acadêmico, tenho muitas ambições na área educacional e fora dela também. Lembro que um dia a professora Hέλvia Leite perguntou em uma aula da disciplina Educação e Trabalho; o que estaríamos fazendo daqui a 10 anos? O tempo passou e minha resposta não mudou, quero ter um ótimo emprego (que eu goste do faça e ganhe o suficiente para te uma vida tranquila), além de formar uma família (que acredito ser o anseio de muitas mulheres), pretendo ter feito mestrado na área de educação e a graduação em Direito.

Nesse ano quero e vou passar em um concurso, de preferência um que eu possa aproveitar todo o conhecimento adquirido aqui no curso de Pedagogia, gostaria muito de trabalhar na Secretaria de Educação do DF, como professora. Porém estou com a mente aberta a outras possibilidades, quem sabe atuar em uma área empresarial. A certeza que tenho é que, onde quer que eu vá ou onde quer que eu trabalhe ninguém poderá tirar de mim o orgulho de ser uma Pedagoga, formada pela Universidade de Brasília, com a ajuda dos maravilhosos mestres que tive.

Agora que estou a um passo de ser uma PEDAGOGA, nos últimos meses quando venho à faculdade de educação, sinto uma dorzinha no peito por estar concluindo minha graduação, porém, essa dorzinha não incomoda tanto porque vislumbro prosseguir os estudos com uma pós-graduação aqui na UnB, pois sei que ainda tenho muito a aprender e construir com nossos professores comprometidos com a educação e que nos incentivam a ter o engajamento e motivação que eles têm. Fica um sentimento de gratidão a tudo que aprendi e desenvolvi nesses quatro anos e um gostinho de quero mais, especialização, mestrado e doutorado.

O meu desejo como uma futura (e quase) PEDAGOGA que além do governo auxiliar as famílias a manterem as crianças na escola, o governo forneça ferramentas para que os professores possam desenvolver uma boa educação pública com os alunos e suas famílias. E no futuro o país possa colher os frutos de uma educação que realmente seja a prioridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Lei N° 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

BRASIL – Medida Provisória N° 132, de 20 de outubro de 2003.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1999.

MODESTO, Lúcia; DE CASTRO, Jorge Abrahão (Org.) – Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios. Volume 2, IPEA, 2010.

SILVA, MOS. O Bolsa Família; problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: v. 6. P. 1429, 2007.

DA SILVA, C. E. M. Os beneficiários do Programa Bolsa Família diante das condicionalidades – Casos de Porto Alegre. Universidade de Brasília. Pós-Graduação. Brasília: 2010.

SOARES, F. V. et al. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília: IPEA, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sagi/estudos-e-pesquisas/publicacoes/livros/>. Acesso em: Janeiro de 2013.

Sítios eletrônicos

Figura 1 – Fonte: <http://esbocais.com.br/outros/outros-84-gravidez>

Acessado: 06/02/2013 às 21h20min

<<http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>>

Acessado: 17/02/2013 às 15h32min

- <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial>>

Site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Acessado: 21/02/2013 às 09h23min

- <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

Site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Acessado: 21/02/2013 às 09h32min

- <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_basica>

Site oficial da Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo

Acessado: 21/02/2013 às 10h05min

- <<http://www.ipc-undp.org/PagePortb.do?id=156&active=3>>

Site oficial da United Nations Development Programme (Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Acessado: 21/02/2013 às 10h35min

- <<http://www.ipc-undp.org/mdsPort.do?active=3>>

Biblioteca Virtual Bolsa Família - United Nations Development Programme (Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Acessado: 21/02/2013 as 11h03min

- <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projetos-concluidos/projeto-bolsa-familia.php>>

Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar

Acessado: 21/02/2013 as 13h00min

<http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf>

Documento da controladoria - geral da união sobre o Programa Bolsa Família.

Acessado: 23/02/2013 às 17h34min

Planilhas em anexo

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>

Acessado: 20/02/2013 às 08h34min

ANEXOS

Anexo 1 – Planilha

Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa.

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306,00

Fonte: MDS (www.mds.gov.br)

Anexo 2 – Planilha

Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa.

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 166,00
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236,00

Fonte: MDS (www.mds.gov.br)

Anexo 3 – Questionário enviando aos pais

Queridos pais, mães e responsáveis.

Convidamos os senhores a participar de uma pesquisa simples, desenvolvida para adquirir dados para realização de um relatório, este será desenvolvido com base nos dados adquiridos e com observações feitas na própria escola, por eu, aluna de graduação da Universidade de Brasília do curso de Pedagogia.

Desde já agradeço,

Marluce A. Ferreira.

Questionário

1) Sua família recebe o auxílio do Bolsa Família?

() Sim () Não

2) Como você classifica a importância do Bolsa Família para o sustento familiar?

() Pouco importante

() Importante

() Muito importante

3) Como você classifica a importância do seu filho frequentar a escola?

() Pouco importante

() Importante

() Muito importante

4) Sua família está cadastrada em algum outro programa de assistência do governo? Quais?

5) Qual a renda média em sua casa?

() Até 622,00 reais

() De 622,00 a 933,00 reais

() De 933,00 a 1.244,00 reais

() De 1.244,00 a 1.555,00 reais

() Acima de 1.555,00 reais

6) Quantas pessoas moram com você?

7) Quantos filhos você tem?

Quantos destes filhos estão em idade escolar? Quantos deles frequentam a escola?
